

**REPENSAR A HISTÓRIA: A (NOVA) IMAGEM DE
PORTUGAL EM A MÁQUINA DE FAZER DE ESPANHÓIS, DE
VALTER HUGO MÃE**

SILVA, André Souza ¹

RESUMO: A partir da tese defendida por Eduardo Lourenço (2016), para quem é necessário construir uma nova imagem para Portugal, que permita ao país ajustar-se à sua verdadeira estatura no espaço europeu, este artigo discutirá a revisitação da história no romance *A máquina de fazer espanhóis* (2011), de Valter Hugo Mãe. Partindo da contextualização da história portuguesa e do conceito de *metaficção historiográfica*, de acordo com Linda Hutcheon, busca-se repensar a história e a atualização das imagens irrealistas do passado, problematizadas segundo a visão histórica de duas personagens do referido romance: o Silva protagonista e o Silva da Europa.

PALAVRAS-CHAVE: História; nova imagem; metaficção historiográfica; romance português contemporâneo.

1. Introdução

Em *O Labirinto da Saudade* (2016), uma das principais teses defendidas por Eduardo Lourenço reside na urgência da reformulação do discurso histórico e cultural português, a fim de que se construa uma nova imagem para Portugal, desligando-o da série de imagens irrealistas que a cultura portuguesa construiu para si ao longo dos tempos, imaginando-se centro de um império colonial europeu cuja posição sempre foi altamente questionável. Por isso, nesta obra, em diálogo constante com a literatura portuguesa, o ensaísta chama a atenção para a reinvenção de uma imagem que permita ao país se rever em termos realistas. Para tanto, faz-se necessário confrontar as imagens

¹ Graduando em Letras na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), cidade de Guarulhos/SP, Brasil. Departamento de Letras. Bolsista do CNPQ.

Mosaico (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - UNESP) São José do Rio Preto, SP - Brasil, 2017.

irreais do passado nacional, entendendo que tal revisitação é fundamental para a compreensão do presente.

Nesse sentido, desenvolve-se o estudo sobre as relações entre ficção e história no romance *A máquina de fazer espanhóis* (2011), de Valter Hugo Mãe, discutindo-se como o regresso ao passado empreendido pela obra permite-nos pensar a reescrita e a redescoberta das grandes narrativas portuguesas, buscando, sobretudo, perceber a atualização das imagens irrealistas a que se refere Lourenço (2016). Com base nessa perspectiva, problematizam-se as visões da história que as personagens Silva, o narrador protagonista do referido romance, e Silva da Europa possuem a respeito de Portugal, uma vez que ambos parecem caracterizar, respectivamente, a oposição entre a imagem de um velho e de um novo Portugal.

Trata-se de visitar velhos lugares da cultura portuguesa, relendo a realidade do país durante a ditadura de Salazar à luz do Silva protagonista, assim como a sua entrada para a União Europeia segundo a ótica do Silva “da Europa”. Em ambos os casos, significa tocar em feridas, nomear Salazar e a sua longa gestação à frente de Portugal, período que se quis apagar do quadro histórico após a Revolução dos Cravos (1974), “considerando os cinquenta anos de ditadura como um parênteses lamentável, uma conta errada que se apagava para recomeçar uma gesta perpétua na qual o salazarismo tinha sido uma nódoa indelével” (LOURENÇO, 2016, p.73). Este é, portanto, um exercício que envolve, simultaneamente, a compreensão do presente e a preparação do futuro, mas que antes se volta ao passado em busca de informação e cicatrização.

Lançado em Portugal em 2010, *A máquina de fazer espanhóis* apresenta a trajetória de António Jorge da Silva, um senhor de 84 anos, que após perder a esposa Laura – com quem acompanha mais da metade da história portuguesa do século XX e, portanto, quase todo o salazarismo – é mandado para um asilo onde resgata eventos e fatos

históricos do passado, tendo em vista que constrói uma espécie de memória social ao questionar certa tradição do imaginário português. Entretanto, embora se trate de uma narrativa inegavelmente memorialística, traço que não podemos negar e tampouco deixar de evocar em algum momento, preferimos explorar - até mesmo em função de artigos que já ilustraram a questão da memória no romance -, a componente histórica da obra, fazendo da reavaliação da história o aspecto basilar desta leitura, relacionando-a com o conceito de *metaficção historiográfica*, de acordo com Hutcheon (1991).

Para tanto, inicialmente apresenta-se uma discussão teórica acerca da relação entre história e ficção, elegendo aspectos do romance de Mãe que retomam o passado em seu sentido crítico, inscrevendo-o segundo uma nova perspectiva, mais realística, a partir da qual a história, sobretudo a que diz respeito ao salazarismo, é subvertida. Em seguida, lançamos mão da proposição de leitura crítica do romance, evidenciando a nova imagem reclamada por Lourenço (2016), que permita a Portugal aceitar o seu passado, bem como entender o seu presente para, finalmente, efetivar-se o desejo pessoano de “cumprir-se Portugal”. Noutras palavras, ilustra-se a desconstrução das imagens irreais que o discurso ideológico do Estado Novo construiu para o país, conforme aponta Rosas (2001).

2. Quem fomos há de sempre estar contido em quem somos

A principal conquista do *Novo Historicismo* talvez esteja no modo como enxergou a História, encarando-a fundamentalmente como um discurso, pontuando que ela não é o fato em si, mas o registro dele. Enquanto registro, a História suporta versões distintas sobre o passado, principalmente se considerarmos que os valores essenciais dos povos são circunstanciais, de modo que a compreensão dos eventos históricos passa diretamente pela interpretação de quem formula o discurso. Dessa forma, a História estará sempre condenada a uma visão parcial

dos acontecimentos, narrando quase sempre “a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisar a tradição dos vencidos” (CHAUÍ, 2012, p.17), ao que a literatura reage buscando fornecer novos juízos de valor acerca do passado, privilegiando a ótica dos excluídos.

Não se trata, porém, de conceber o romance histórico na esteira do século XIX, para o qual a história servia apenas como pano de fundo a uma narrativa mais preocupada em reconstituir os ambientes e costumes de épocas passadas, visando recuperar, por exemplo, o que se designava como “a cor local”. O século XX, provavelmente por ter observado “o fracasso do romance histórico em tentar reconstruir uma realidade passada e a impossibilidade de consegui-lo totalmente, faz com que a reconstrução histórica seja cada vez menos importante diante da ficção”, como escreve Isabel Román (*apud* REIS, 1992). Sendo assim, a obra literária empenha-se mais em questionar as ditas verdades históricas que é a grande questão entre ficção e História, na opinião de Reis (1992). Segundo o crítico, do ponto de vista ontológico, “ninguém pode impedir um romancista de construir os desfechos que ele julga necessários”, embora, do ponto de vista pragmático, “a ficção não os transforma porque eles funcionam como cenários enquadrando as personagens que, de um ponto de vista semântico, são condicionadas por esses mesmos cenários” (REIS, 1992, p.142).

Contudo, o que parece se revelar mais marcante para os nossos dias, tendo em vista, por exemplo, o conceito baumaniano de *modernidade líquida*, onde “nada se imobiliza nem conserva sua forma por muito tempo” (BAUMAN, 2011, p.7), não é a preocupação com o desfecho, mas a possibilidade da descoberta de novas perspectivas e versões dos feitos e personalidades históricas, convidando o leitor a reconhecer e a reinterpretar o passado que não é teleológico. Já não está mais em jogo a separação aristotélica entre o historiador e o poeta, pois se a função deste em imaginar como as coisas poderiam ter sido não

mudou muito, hoje se entende que aquele não escreve exatamente o que aconteceu, como sugeriu Aristóteles (1964), senão um ponto de vista, uma versão do acontecido. Constata-se, assim, uma “crise da história”, iniciada ainda no fim do século XIX e agravada no início do século XX, quando se notam novas ideias de inclinação anti-historicista que contestam os métodos históricos antes sedimentados em noções de causalidade e progresso.

Desse modo, a História, assim como a narrativa literária, é um discurso intrinsecamente ligado à imaginação, sendo os eventos históricos considerados “narrativas históricas e/ou ficções verbais cujos conteúdos são tanto ‘inventados’ quanto ‘descobertos’ e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 1994, p.98). As narrativas históricas também transformam e criam histórias com base em outros textos (relatos, crônicas, informações), aproximando-se de um processo comum à literatura na “urdição do enredo”, para usar um termo do próprio White. Nesse sentido, escreve o teórico:

Nenhum conjunto dado de acontecimentos históricos casualmente registrados pode por si só constituir uma estória; o máximo que pode oferecer ao historiador são os ‘elementos’ da estória. Os acontecimentos são ‘convertidos’ em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante - em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça (WHITE, 1994, p.100).

Pode-se constatar, dessa forma, que o historiador exerce um papel bastante semelhante ao do narrador no texto literário, conferindo ao episódio histórico a sua percepção, que por mais amparada que esteja em diversos registros, estará invariavelmente carregada de

subjetividade. Por esse motivo, um mesmo acontecimento poderá ser narrado de formas distintas pelos historiadores, da mesma maneira que determinados romancistas se voltam ao mesmo período histórico para criticá-lo ou exaltá-lo. Em vista disso, ainda em conformidade com White:

A história passa a ser revisitada pelo texto literário, não como uma escrita definitiva, mas sim com um olhar mais crítico, no sentido de entendê-la com suas limitações e como fruto de uma tentativa de resgate do que foi, considerando o status provisório dessa escrita. Sob tal perspectiva, o passado é retomado pelo viés da reavaliação, a partir do momento em que se revela por meio dos signos da escrita, os quais não se isentam da valoração a respeito do fato narrado. Nesse ponto, as paralelas da história e da literatura se cruzam, solidarizando-se, e se mostram aptas ao encaminhamento da discussão sobre suas relações no seio do gênero romanesco (WHITE, 2008, p.41).

Em alguma medida, é isso o que também propõe Hutcheon (1991) ao falar em *metaficção historiográfica*, sublinhando a estreita ligação da ficção com a paródia e a história, introduzindo nuances no subgênero romance histórico que visam reconstruir o passado não de maneira nostálgica, mas de forma irônico-crítica, conforme pontua Hutcheon (1991, p.22). Assim, de acordo com a teórica, há uma tendência da narrativa literária contemporânea em recuperar e contestar o passado, jamais afirmando a narrativa histórica como verdade e a narrativa ficcional como mentira, visto que a metaficção historiográfica, “mais do que negar, contesta as ‘verdades’ da realidade e da ficção” (HUTCHEON, 1992, p.64), pontuando que:

[...] A ficção não reflete a realidade, nem a reproduz. Não pode fazê-lo. Na metaficção historiográfica não há nenhuma

SILVA, A. S.

pretensão de mimese simplista. Em vez disso, a ficção é apresentada como mais um entre os discursos pelos quais elaboramos nossas versões da realidade, e tanto a elaboração como sua necessidade são o que se enfatiza no romance pós-modernista (HUTCHEON, 1992, p.64).

(Por não ser o nosso foco principal e tampouco haver espaço para isso, não iremos nos deter na polêmica que cerca o “pós-modernismo”, para alguns uma nova tentativa de rever todo e qualquer objetivismo, para outros sinônimo de uma relativização algo desnecessária. Em todo caso, cumpre dizer que o nosso estudo leva em consideração características do romance contemporâneo que se convencionou chamar, a partir dos anos 60, de pós-moderno).

Com isso em mente, nota-se que na atualidade a história e a ficção não são mais separadas pelo binômio verdade/mentira, já que ambas são enxergadas como discursos humanos destinados a fornecer versões do passado e do presente, sugerindo que reavaliar ou representar o passado na ficção e na história significa “revelá-lo ao presente, impedindo de ser conclusivo e teleológico” (HUTCHEON, 1992, p. 147).

O aproveitamento paródico da história, em sua dimensão dialógica, tende a recuperar personagens e acontecimentos históricos, sujeitando-os a uma nova trama em que não são apenas revisitados, mas recriados, distorcidos, tal qual faz a paródia no texto literário. À luz disso, a paródia da história mostra-se também uma arma ideológica pela qual as ideologias perversas do passado são refutadas, impedindo-as de serem esquecidas. O que está em jogo não é mais a tentativa da História – à maneira do positivismo oitocentista - de provar-se enquanto verdade, mas sim a sua capacidade de condicionar-se à textualidade e à movência das narrativas literárias, como assinalam Hutcheon (1991) e White (1994, 2008).

SILVA, A. S.

Nesse sentido, ao abordar especificamente o romance português contemporâneo, Arnault (2010) ressalta que é uma tendência literária portuguesa a “(re) escrita da História, dando maior importância para a deslegitimação das grandes narrativas” (ARNAUT, 2010, p.131), o que não implica, entretanto, “uma ruptura brusca com o passado, posto que o passado aqui, é muitas vezes, utilizado para entender o presente” (Idem, p.134). Há, portanto, uma notória preocupação da nova literatura portuguesa com a História, que passa pelo resgate do passado e a inclusão do ponto de vista dos excluídos, que agora reavaliam o triunfalismo daqueles que durante anos foram os atores principais. Mas há também um desassossego em relação ao tempo presente, que carece de um “ajustamento de contas com as imagens que a aventura colonizadora suscitou na consciência nacional” (LOURENÇO, 2016, p.49), provocando, em grande medida, um complexo de inferioridade que há séculos marca a relação de Portugal com a Europa. Na esteira desses pensamentos, *A máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe, revela-se um espaço no qual se perfaz, simultaneamente, a construção de outros pontos de vista sobre o passado e a nova imagem lourenciana pensada a partir do presente, condicionada à reavaliação de um país cujo papel modesto no contexto mundial e europeu já não permite preservar uma imagem irreal de si.

Mas apesar de estarmos discutindo demasiadamente a relação entre ficção e história, o romance de Mãe não se constitui como um romance histórico na acepção canônica do gênero, ainda que traga em si elementos que o aproximam dessa categoria, seja por situar as suas ações num tempo passado ou por reconstruir a mentalidade de uma época. No entanto, não há no romance a presença duma personagem histórica; o que há é a evocação memorialística de Salazar, este sim um ator da História (portuguesa), mas que não é recuperado na qualidade de personagem textual. Além disso, o romance não busca fidelidade ao passado e tampouco o concebe como uma realidade acabada, optando em encará-lo com base na subversão do imaginário do regime – ponto

SILVA, A. S.

que será mais bem explorado adiante a partir do ensaio de Rosas (2001) – que impôs uma série de mitos à mentalidade portuguesa, recuperando e forjando uma imagem irreal para Portugal que consistia na reconfiguração de uma série de traumatismos que marcaram o país e até hoje são símbolos identitários do povo português.

De qualquer forma, seja qual for a perspectiva adotada – memorialística ou histórica – o romance de Mãe parece-nos empenhado em posicionar-se contra o esquecimento, erigindo uma memória social que deixa entrever o pensamento português, afinal, como diz a personagem Silva da Europa, “quem fomos há de sempre estar contido em quem somos” (MÃE, 2011, p.117), reafirmando a necessidade de se regressar ao passado para “saber-se quem” no presente. E não é apenas o protagonista António Jorge da Silva, ao recuperar a sua trajetória pessoal, resgatando eventos e fatos históricos, que busca situar-se num tempo e num espaço que suscita uma identificação mesmo que descentrada; o esforço do senhor Silva em lembrar é, também, o esforço de Portugal em produzir uma nova imagem para si próprio, uma vez que:

O modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social (CHAUÍ, 2012, p.31).

Na trilha do pensamento de Chauí, segundo o qual a memória teima em revisitar aquilo que não perdeu o significado no presente, o senhor Silva é um sujeito portador de memórias nacionais que, ao colocar em revisão um tempo que acreditava individual, acaba construindo uma memória que, na verdade, é coletiva. Por isso, a componente social nas memórias da personagem é extremamente importante, tendo em vista que enfatiza um contexto vivenciado por

SILVA, A. S.

todos aqueles que passaram pelo salazarismo, tratando, afinal, de superar a ferida de uma atmosfera opressora para que “os povos se recordem como foi que um dia um só homem quis ser dono das liberdades humanas, para que nunca mais volte a acontecer que alguém se suponha pai de tanta gente” (MÃE, 2011, p.137). A inevitabilidade da lembrança torna-se ainda mais urgente quando se nota que as lembranças do inconsciente relacionam-se intimamente com a consciência do presente, como no momento em que o protagonista se dá conta de que foi sempre um homem amedrontado em função do regime, tendo sido “um filho da puta, que merecia ser punido, porque fez do próprio país um lugar de gente desconfiada, nenhum povo unido” (MÃE, 2011, p.249).

Pelo caminho percorrido até aqui, crê-se na pertinência da análise deste romance de Valter Hugo Mãe com base na subversão que o senhor Silva, ao relembrar sua trajetória de vida, faz do salazarismo. Observando as memórias do protagonista chega-se também à reformulação do discurso histórico e cultural português, deslegitimando o passado e as imagens controversas que dele se fez, permitindo ao país, por conseguinte, localizar-se dentro de um cenário europeu onde os portugueses se sintam “cidadãos de um mesmo mundo [europeu]. iguais, todos iguais e felizes nem que seja por obrigação”¹ (MÃE, 2011, p.13).

3. A História de Portugal repensada em *A máquina de fazer espanhóis*

Em uma sala de hospital, à espera de notícias sobre a esposa Laura, António Jorge da Silva, o narrador-personagem, trava o primeiro diálogo com Cristiano Mendes da Silva, funcionário do hospital, a quem apelida de “Silva da Europa”. Não demora muito e o senhor Silva pensa nos dois como “a frente e o verso”, porque o Silva da Europa traz

¹Respeita-se a opção do autor em não usar letras maiúsculas, o que será repetido em todas as citações diretas e indiretas.

Mosaico (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP) São José do Rio Preto, SP – Brasil, 2017.

SILVA, A. S.

“o peito inchado de orgulho como se tivesse conquistado tudo sozinho” (MÃE, 2011, p.12). O assunto recupera o salazarismo e o ingresso posterior de Portugal na União Europeia, estabelecendo uma diferença entre o velho e o novo – frisada também pelas idades das personagens: o senhor Silva com 84 anos e o Silva da Europa com 65 anos – que se manterá durante toda a narrativa. Não à toa o aposto “da Europa” grifa o entusiasmo da personagem com o bloco europeu, que para ele “corrigirá qualquer iniquidade do peculiar espírito português, para sempre. isto é que é uma conquista” (MÃE, 2011, p.11), aludindo também às conquistas passadas que não garantiram ao país a centralidade desejada, de modo que na atualidade os portugueses são lembrados apenas como “bons homens, honestos e trabalhadores” (Idem). Mas para o senhor Silva, que é mais velho, as coisas não parecem tão simples, por isso ele enxerga com pessimismo a correção e a elevação nas quais o colega acredita, talvez ainda traumatizado com os anos de ditadura que se dispuseram a corrigir justamente os flagelos do passado e a retomar o verdadeiro curso da história pátria, que envolvia naturalmente o resgate do orgulho em ser português.

Para resgatar a “essencialidade portuguesa e reassumir a sua essência eterna de nação colonizadora, com destino providencial” (ROSAS, 2001, p.1034), o regime baseou-se em episódios traumáticos do passado a fim de “reeducar os portugueses no quadro de uma nação regenerada e reencontrada consigo própria” (Idem). Nesse sentido, Eduardo Lourenço (2016) assinala três traumatismos portugueses, dos quais o salazarismo se valeu, que contribuíram diretamente para que Portugal construísse uma *imagemirreal* de si, abdicando de uma *imagemreal* que o permitisse, por exemplo, se adaptar à sua realidade empírica no espaço europeu. Segundo o teórico, o primeiro traumatismo português se insere “na ficção gloriosa d’*Os Lusíadas*, na inscrição de uma sonâmbula e trágica grandeza que permitiu ao país superar três séculos de pé numa península ibérica dividida entre pequenos reinos” (LOURENÇO, 2016, p.29); o segundo traumatismo

SILVA, A. S.

passa pelo sebastianismo, pelos sessenta anos de interregno à coroa espanhola e pelo Quinto Império do padre Antônio Vieira (Idem, p.31) - período que parece aludido no próprio título do romance de Mãe; o terceiro traumatismo, por sua vez, é imposto pela Inglaterra com o *Ultimatum* britânico, “o que fará com que Portugal se volte à África para resgatar uma imagem imperialista que já era irreal desde o século XVI” (Ibidem, p.34). Em função desse conjunto de irrealismos, o país sempre enfrentou dificuldades para produzir um olhar exterior a si mesmo e por isso sempre se colocou em posição central, com sérias dificuldades para se perceber como periférico dentro de uma Europa onde nunca ocupou um lugar verdadeiramente cimeiro.

Por essa razão, em sua primeira página, ao caracterizar os portugueses como “bons homens, honestos e trabalhadores” (MÃE, 2011, p.11), o Silva da Europa recupera um passado coletivo lusíada cuja imagem ele mesmo atualiza, principalmente se interpretarmos *Os Lusíadas* como “uma ficção triste que forneceu ao país um ‘épico’ igualmente triste” (LOURENÇO, 2016, p.30), uma ficção que se sabia desmedida desde o início, “mas que precisava ser clamada à face do mundo menos para que a ouvissem do que para acreditar em si mesma” (LOURENÇO, 2016, p.29). Símbolo de um primeiro traumatismo, a obra que funda a coletividade lusíada denota uma grandeza que expressa o fora “no Oriente de sonho ou num Ocidente impensado, quando a Europa via menos Portugal do que se via a si mesma” (LOURENÇO, 2016, p.28). Por isso, “ler o camões ainda diz respeito a Portugal” (MÃE, 2011, p.159), porque mesmo hoje o país se debate contra o complexo de inferioridade que há séculos caracteriza a sua condição de nação europeia, o que faz com que o Silva da Europa queira que os portugueses também sejam “cidadãos de um mesmo mundo. iguais, todos iguais” (MÃE, 2011, p.13), onde não precisem sonhar, simultaneamente, o futuro e o passado, esquecendo-se do presente.

No entanto, despreocupado em criar imagens reais para o país e sabendo que o passado é uma espécie de eleição temporal portuguesa,

SILVA, A. S.

o Estado Novo, “assente numa certa ideia mítica de nação e de interesse nacional, tentou resgatar as almas dos portugueses” (ROSAS, 2001, p.1032), motivo pelo qual recuperou e transformou de acordo com a sua ideologia alguns mitos portugueses que retomam os traumatismos dos quais fala Lourenço (2016). Desse modo, nas palavras do ensaísta, o regime fabricou por meio dos aparelhos de propaganda:

[...] uma lusitanidade exemplar, cobrindo o presente e o passado escolhido em função da sua mitologia arcaica e reacionária que aos poucos substituiu a imagem mais ou menos adaptada ao país real dos começos do Estado Novo por uma ficção ideológica, sociológica e cultural [...] uma imagem sem controle nem contradição possível de um país sem problemas, oásis da paz, exemplo das nações, arquétipo da solução ideal que conciliava o capital e o trabalho, a ordem e a autoridade com um desenvolvimento harmonioso da sociedade (LOURENÇO, 2016, p.38).

É esta imagem irrealista levada a cabo pelo salazarismo que a obra *A máquina de espanhóis* reescreve segundo a perspectiva crítica do presente e com base na metaficção historiográfica, deslegitimando e fornecendo ao regime outra imagem que não a construída pela sua própria propaganda, além de questionar diretamente o suposto “oásis de paz” no qual o país vivia, subvertendo uma das principais narrativas da história portuguesa ao passo que desconstrói os mitos criados pelo regime. Há no romance a certeza de que “é preciso que se suje o nome de salazar para todo o sempre, que o futuro lhe reserve sempre a merda para seu significado [...] para que ninguém, para a esquerda ou para a direita, volte a inventar a censura e persiga os homens” (MÃE, 2011, p.137). Contudo, antes de perpetuar-se no poder, governando com mãos de ferro, havia a compreensão de que:

em mil novecentos e cinquenta dois as coisas não estavam ainda tão definidas, é isso o que tento dizer. o certo e o

errado eram difíceis de discernir. pois o benfica ainda não se fizera glorioso, nem salazar parecia ainda o estupor que o povo pudesse reconhecer cabalmente. não sabíamos nada [...] e foi assim que nos casamos. cheios de vivacidade e entrega ao futuro num país que se punha de orgulhos e valentias. quando as crianças daquele tempo estudavam lá la ri lá lá ela ele eles elas alto altar altura lusitos lusitas viva salazar viva salazar, toda a gente achava que se estudava assim por bem, e rezava-se na escola para que deus e a nossa senhora e aquele séquito de santinhos e santinhas pairassem sobre a cabeça de uma cidadania temente e tão bem-comportada (MÃE, 2011, p.82).

Em um primeiro momento, “o salazar foi como uma visita que recebemos em casa de bom grado, que começou por nos ajudar, mas que depois nos fez sentir visita sua, até que nos tirou das mãos tudo o quanto pôde e nos apreciou amaciados pela exaustão” (MÃE, 2011, p.175). Com base nisso, Rosas (2001) aponta sete mitos criados pelo regime que nortearam as bases do governo e deram início a um processo de inculcação ideológica nacionalista sob a alegação de que a nação estaria guiada moral e politicamente. Nesse cenário, concebe-se o *mito palingenético*, o *mito do novonacionalismo*, o *mito imperial*, o *mito da ruralidade*, o *mito da pobreza honrada*, o *mito da essência católica da identidade nacional* e o *mito da ordem corporativa*. O romance em questão revisita e desmancha alguns desses mitos, reavaliando a história do período ditatorial e atualizando as imagens forjadas pelo regime, porque àquela época “não sabíamos nada. havíamos passado pela guerra e parecia que a vida se protegia no país das quinas, igual a termos uns muros na fronteira, um peito viril erguido contra malandros estrangeiros” (MÃE, 2011, p.82), tamanho era o isolacionismo de Portugal e o estado de alienação em que o regime mantinha o povo.

SILVA, A. S.

Inicialmente, Rosas (2001) cita o *mito palingenético* como o mito do recomeço, da “Renascença portuguesa”, da “regeneração que seria operada” pelo Estado Novo, interrompendo a derrocada nacional, constituindo-se numa espécie de refundação pátria (ROSAS, 2001, p.1034). Sentido semelhante, guardadas as devidas proporções, tem o ingresso de Portugal no bloco europeu, que para o Silva da Europa está ligado a uma espécie de renascimento português. Para ele, a união europeia faria cessar a decadência do país, da mesma maneira que o diálogo entre os países do bloco aproximaria todos de um “mesmo mundo europeu”, sobretudo os países periféricos como Portugal, para quem o novo modelo político-cultural europeu significava não só a oportunidade para repensar-se enquanto país, mas também a cura e a correção da ferida imperialista e ditatorial. Contudo, à margem de qualquer diálogo com o continente, a mentalidade do Estado Novo:

[...] surgia como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia, discuti-lo era discutir a nação. O célebre *slogan* ‘Tudo pela Nação, nada contra a Nação’ resume, no essencial, este mito providencialista (ROSAS, 2001, p.1034).

O *mito do novo nacionalismo* – o *mito central da essência ontológica do regime* - sinalizava que o Estado Novo não seria apenas mais um regime político português, seria acima de tudo o responsável por retomar o curso da história pátria no qual não haveria manchas como a do *Ultimatum*, senão glórias como as do século XVI (ROSAS, 2001, p.1034). No que concerne a este segundo mito, nota-se no romance em questão retrato duma sociedade que, sob o slogan “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”, era obrigada a fazer de conta que sob a tutela do regime não existia nenhum massacre, senão:

SILVA, A. S.

Uma decência que criava um porreirismo fiável que incutia em todos um respeito inegável pelocoletivo, porque estávamos comprometidos em sociedade, por todos os lados cercados pela ideia de sacrifício, pela crença de que o sacrifício nos levaria à candura e de que a pureza era possível. íamos ser todos dignos da cabeça aos pés. tínhamos palavra de honra. chegar a um lugar, dizer com ar grave que tal promessa era por nossa honra, e todos estremeciam, porque se manifestava o mais sagrado que se podia ser. ninguém duvidava de tal verdade nem menos gozava (MÃE, 2011, p.82).

Entretanto, no que diz respeito ao *mito imperial*, quer resgata a vocação histórico-providencial portuguesa de colonizar e evangelizar, o romance não retoma em nenhum momento a temática colonialista que ainda hoje faz parte do imaginário literário português, tendo aparecido em seguida ao 25 de Abril, para reavaliar a Guerra Colonial portuguesa e o próprio salazarismo. Dessa forma, ainda que se trate de um romance pós-imperialista, Mãe distancia-se, por um lado, da temática que caracterizou, por exemplo, Helder Macedo (*Partes de África*, 1991), Lídia Jorge (*A costa dos murmúrios*, 1988) e António Lobo Antunes (*Os cus de Judas*, 1979), mas aproxima-se, por outro lado, ao colocar em evidência e desconstruir o imaginário nacional que, ao longo da História, formou as referências culturais de Portugal e do homem português. Nesse sentido, Mãe parece trocar uma ferida por outra, pois na medida em que nomeia e enfrenta o autoritarismo – note-se que Salazar é muito pouco nominado em obras literárias contemporâneas – aproxima-se de certo romance português mais preocupado em ressignificar velhos lugares da cultura portuguesa.

O quarto mito mencionado por Rosas (2001) é o *mito da ruralidade*, que buscava convencer os portugueses que toda a riqueza necessária seria dada pela terra, por mais que o próprio Salazar assumisse que, por essa modéstia, pagava-se um preço político e econômico (ROSAS, 2001, p.1035). Essa ruralidade é retomada no romance dado que quase todas

SILVA, A. S.

as personagens são referidas com o sobrenome “Silva”, o que significa “crescer por aí como o mato [...] grassando pelo terreno fora com cara de gente, mas muito agrestes, sem educação nenhuma” (MÃE, 2011, p. 12-13), como era de fato na época do regime. Ser-se silvestre é também uma forma de criticar a industrialização tardia em Portugal, a qualidade da educação à época e o isolamento cultural no qual os portugueses permaneceram durante as décadas de ditadura. Soma-se a isso o *mito da pobreza honrada*, segundo o qual a ausência de ambições é que propiciava a felicidade possível, irreabilidade igualmente rebatida pelo protagonista do romance ao perder seu primeiro filho e se dar conta de que era apenas um “[...] miserável num país de miséria, que não esperava dele mais do que o brio e o sacrifício mudo” (MÃE, 2011, p.84), onde a vida era “feita de dor e aprendizagem, feita de dor e esperança, feita de dor e coragem, feita de dor e cidadania, feita de dor e futuro, feita de dor e deus e salazar” (MÃE, 2011, p.84), contrariando o estado de bem estar social vendido pelo regime. Nesse período de sua história, Rosas (2001) lembra que o salazarismo:

[...] tentou, também ele, ‘resgatar as almas’ dos portugueses, integrá-los, sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, ‘no pensamento moral que dirige a Nação’, ‘educar politicamente o povo português’ num contexto de rigorosa unicidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda e inculcação do regime e de acordo com o ideário da revolução nacional. Neste contexto, sustenta-se a ideia de que o Estado Novo, à semelhança de outros regimes fascistas ou fascizantes da Europa, alimentou e procurou executar, a partir de órgãos do Estado especialmente criados para o efeito, um projecto totalizante de reeducação dos ‘espíritos’, de criação de um novo tipo de portuguesas e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador (ROSAS, 2001, p.1032).

Por isso, em busca de formar “o novo homem salazarista” e “reeducar os espíritos”, o regime recuperou a essência cristã ligada ao nascimento de Portugal, com Dom Afonso Henriques, e a figura de Nossa Senhora de Fátima, padroeira de Portugal, em cima da qual criou o *mito da essência católica da identidade nacional*, fazendo do catolicismo um “elemento constitutivo do ser português, como um atributo definidor da própria identidade e da sua história” (ROSAS, 2001, p.1036). Em contrapartida, no romance opera-se a dessacralização da imagem da santa quando o senhor Silva, narrador protagonista, retira a auréola das pombas e cogita despedaçar a estatueta para lembrar que não é um homem religioso e que não acredita em fantasias. Noutro momento, a mesma personagem afirma: “não convive comigo aquela coisa da nossa senhora de fátima, entende, doutor, não há nossa senhora, não há deus, e fátima é só um lugar onde as pessoas ficaram doentes da cabeça” (MÃE, 2011, p.197). O mesmo pensamento predomina na cabeça do Silva da Europa, para quem “a igreja é uma instituição pançuda que se deixou confortavelmente sentada ao lado de salazar” (MÃE, 2011, p. 115), ao passo que outra personagem retruca: “como sempre ao lado dos opressores porque toda a lógica da igreja é opressora, não conhecem outra linguagem” (Idem, p.115). Por conta disso:

o salazar pensava, na verdade, que na pior das hipóteses eram todos como eu, um pai de família acima de tudo, cuja maior rebeldia seria abdicar da igreja, mesmo assim discretamente, tanto quanto possível. porque tinha batizado os filhos e tinha emudecido os meus protestos. naquele tempo, quem não fosse batizado não valia de muito na sociedade e haveria de ser rejeitado em inúmeras oportunidades. nós fomos molhar a cabeça dos filhos à igreja para que os deixassem em paz. convictos de que mais tarde poderiam secar essa água da cabeça se quisessem (MÃE, 2011, p.133) .

Subverte-se, desse modo, o pilar do regime salazarista que, ao lado da fadista Amália, do clube de futebol Benfica e do ex-jogador de

futebol Eusébio, constituíram uma espécie de tríade da propaganda oficial do regime, a partir da qual se criou, por fim, o *mito da ordem corporativa*, calcado numa hierarquização social espontânea e harmoniosamente estabelecida, dentro da qual os portugueses mais pareciam:

um grande cenário de legos, pobrezinhos mas lavadinhos por dentro e por fora, a obdecer. divirtam-se, gentes da minha terra, não é desgraça ser pobre, punha-se a amália a dizer, e que numa casa portuguesa há pão e vinho e um conforto pobrezinho e fartura de carinho, e ela ia a França comprar vestidos onde se vestiam as estrelas de cinema americano e se embonecava de joias e até tinha visto o Brasil e a Espanha, servia para que a amássemos e fôssemos pensando que estávamos todos tão bem ali metidos, éramos todos tão boas pessoas, tão bons homens, realmente. e eu, de facto, ainda adoro a Amália e ouço-a quase a chorar se for preciso e se tivesse de escolher um só português para entrar no paraíso, talvez quisesse que fosse ela, para eternizar de verdade aquela voz. a maior voz da desgraça e do engano dos portugueses. pena não haver paraíso, já não haver Amália e ter havido e sobrar para aí tanta desgraça e engano (MÃE, 2011, p. 133-134).

Em diálogo com a ausência de cidadania que o salazarismo roubou aos portugueses, o que se nota também pelos mitos listados por Rosas (2001), Gil (2005) comenta que a sociedade portuguesa, ainda hoje, convive com as sequelas paralisantes do salazarismo, que a impede de inscrever-se, de pensar e agir no mundo global e na Europa. Talvez por isso, Mãe seja bastante crítico com a aparente falta de força cívica dos portugueses, salientando que “é preciso infernizar. é preciso que as coisas peguem fogo para que se mexam. pôr esta gente a praticar a cidadania, a optar, participar, decidir como se puder decidir” (MÃE, 2011, p.157). Gil (2005), nesse sentido, da mesma forma que Lourenço (2016), defende que o regime criou um mundo fictício para Portugal e,

como resultado, impediu grandes acontecimentos em seu interior. Desse modo, a aparente ausência de exercício cívico em Portugal, mesmo após a Revolução dos Cravos (1974), ainda é reflexo do salazarismo. De acordo com Gil (2005), “apesar das liberdades conquistadas, muito se mantém das antigas inércias e mentalidades da época da ditadura: desde o medo, que sobrevive com outras formas, à irresponsabilidade que predomina no comportamento dos portugueses” (GIL, 2005, p.16). Para o filósofo, a *não-inscrição* dos acontecimentos no país se deve também à inexistência de um espaço público que reconheça um “fora” que seconstitua como “espaço de diálogo e de comunicação, plano de expressão, de contaminação e circulação de forças” (Idem, p.28).

Noutras palavras, falta a Portugal um olhar exterior a si mesmo, que queira discutir, debater, criticar e transformar aquilo sobre o que se debruça, ou “infernizar” como quer o Silva da Europa, ainda mais agora que “somos europeus e a mim ninguém me apanha diminuído como outrora, somos europeus, eu sou um silva da europa” (MÃE, 2011, p.13). Parece-nos, nesse sentido, que *Amáquina de fazer espanhóis* é o espaço público e de inscrição reclamado por Gil (2005), seja por reanalisar um trecho da história lusitana que se quis apagar, “permitindo ao país perder meio século de vida nacional como quem perde a última camisa que vestiu” (LOURENÇO, 2012, p.67), ou por suscitar o espaço público de debate do qual o país carece, a fim de construir uma imagem real de si. Para tanto, é necessário rever que “a literatura sobre Salazar, quer memorial, quer ideológica, política, econômica, financeira e cultural é paupérrima” (LOURENÇO, 2012, p.67) e que não se percebe o presente senão à luz do passado, ainda que se queira esquecer tudo. É fundamental rediscuti-lo num momento em que o país está a repensar-se.

Desse modo, além de fornecer uma visão crítica do período salazarista, o romance de Mãe projeta o futuro do país dentro de uma

Europa que o convida a inscrever-se e adaptar-se a um cenário de globalização para o qual entrou tardiamente em função da sua histórica preocupação imperialista. Em razão disso, Ribeiro (2004) chama atenção para uma crise do espaço português contemporâneo, em referência “ao dilema de um Portugal-centro-periferia”(RIBEIRO, 2004, p.32), agora obrigado a se confrontar e a se repensar dentro de uma Europa onde já não tem papel cimeiro, mas periférico. A obra retoma, segundo a perspectiva do Silva narrador-protagonista e do Silva da Europa, o embate entre um Portugal mais antigo, preso à mentalidade salazarista, e o novo país que nasce com o 25 de Abril, a perda das colônias e a entrada para a União Europeia, destacando o conflito ideológico que existe entre as personagens, assim como o conflito identitário que atinge a ambas. Para o senhor António Jorge da Silva, Portugal ainda é um país sem muitas características da Europa, mais voltado para si do que aos outros, como também é a personagem. Já para o senhor Cristiano Mendes da Silva, o Silva da Europa, a conquista da União Europeia corrigirá os erros do país e um dia fará com que todos sejam “cidadãos do mesmo mundo [europeu], iguais, todos iguais e felizes nem que seja por obrigação” (MÃE, 2011, p.13). Para ele a Europa faria com que “deixassem de ser silvestres, agrestes, isso de ir como o mato, porque estaremos cada vez com melhores maneiras, sofisticados e cheios de nuances de interesse, subtilezas, como as que assistem aos grandes caracteres, um dia, caramba, estaremos até cheios de razão” (MÃE, 2011, p.13).

Assim sendo, o Silva europeu parece representar a nova imagem portuguesa, preocupada em “saber-se quem” dentro do novo espaço europeu, buscando uma imagem real num cenário de modernidade, marcado por crises, onde os valores humanos misturam-se aos valores de mercado. É esta personagem que sabe ser “estuporada por todo o lado, pagamos o mesmo que a europa paga por qualquer coisa, mas ganhamos três vezes menos, tendo salário de rato, salário de humanos

de segunda” (MÃE, 2011, p.155). Tendo em vista tais aspectos e considerando o diálogo que se estabelece no romance entre um Portugal mais arcaico, ainda com os muitos resquícios do salazarismo, sob a figura do senhor Silva, e outro posterior à Revolução dos Cravos (1974), que vive a perda das colônias (1978) e o ingresso na União Europeia (1986) globalizada, representado pelo Silva da Europa, observa-se a tentativa das personagens em compreender a História recente do país, deslegitimando o passado para compreender o presente e projetar o futuro.

Quer-se, dessa forma, desconstruir a alienação e a opressão que dizem respeito ao velho Portugal salazarista em favorecimento da abertura à mudança, de certa forma possibilitada pela Revolução e pela União Europeia. Pontua-se, em síntese, que *A máquina de fazer espanhóis* ilustra a deslegitimação da narrativa salazarista, dando conta de subverter a imagem irreal fabricada pelos mitos do regime, mostrando, no presente, o seu processo de reescritura, atualização e fornecimento de uma nova imagem para este episódio da História portuguesa.

Considerações finais

Do entrelaçamento entre memória, história e ficção surge, em *A máquina de fazer espanhóis*, a recuperação da memória coletiva portuguesa, representada pelas vivências de um velho senhor cujo passado se relaciona com a ditadura de Salazar. No asilo, chamado Lar da Feliz Idade, para onde é levado por sua filha após a morte da esposa Laura, Antônio Jorge da Silva revisita a História de Portugal, retomando, por exemplo, antigas querelas que remontam à relação entre Portugal e Espanha, além da própria relação com a Europa. O país dos “Silvas” ainda se questiona quanto à soberania de sua independência e por isso lamenta-se por não poder abrigar portugueses “convictos, sem orgulhos parvos, apenas com a determinação de quem aceita ser daqui e edifica com essa raiz a sua vida” (MÃE, 2011, p.154).

SILVA, A. S.

Mas ainda hoje, quando o país está a repensar-se dentro de um novo modelo político-cultural, onde a Europa apresenta-se como a cura para uma ferida imperialista e ditatorial, questiona-se “que porcaria é a cidadania portuguesa, mesmo depois da revolução e como poderia ser melhor a espanhola” (MÃE, 2011, p.185). Mesmo o senhor Silva da Europa, entusiasta da europeização e principal figurante da nova imagem portuguesa, debate-se em incertezas, pontuando que:

Portugal ainda é uma máquina de fazer espanhóis. é verdade, quem de nós, ao menos uma vez na vida, não lamentou já o facto de sermos independentes. quem, mais do que isso até, não desejou que a Espanha nos reconquistasse, desta vez para sempre e para salários melhores [...] onde se come mais à boca grande e onde sempre houve mais ritmo no sangue [...] as mulheres portuguesas é que faziam os espanhóis. abriam as pernas e pariam-nos a todos, estes espanhóis enfeitados, com vontade de voltar a casa, para terem melhor casa, melhores salários, uma dignidade à grande e não esta coisa quase a tombar ao mar, como se cada vez mais pressionada contra a parede, a suicidar-se, cheias de saudades, remorsos, queixas e tristezas frustrantes (MÃE, 2011, p.185).

Parece haver no país uma negociação eternamente pendente entre o passado e o presente, ligada a uma antiga realidade vivencial de êxito imperialista ainda não totalmente superada, como se apenas um Dom Sebastião pudesse colmatar os traumatismos nunca efetivamente curados, que ficaram cada vez mais evidentes à medida que o país foi submetido a duras privações, aparentemente não se refazendo de diversos dilemas identitários. Fala-se, por esse motivo, como expressa o poema também intitulado *a máquina de fazer espanhóis* (2007) - curiosamente apagado de *contabilidade* (2010), volume que reúne a poesia completa de Valter Hugo Mãe, e publicado no mesmo ano de publicação do romance em Portugal - em uma máquina cuja função seja

SILVA, A. S.

dar aos portugueses o brio que possuem os espanhóis, apagando de uma vez por todas o complexo de inferioridade português.

uma máquina que transformasse portugueses em espanhóis, impecável, infalível, perfeita, eles entrando por um lado pálidos e mirrados, saindo do outro corados, estendidos de narizes proeminentes e orgulho. uma máquina que fosse tão esperta que, no momento de decidir cada coisa, preterisse sempre Portugal e trouxesse ao de cima o esplendor do país vizinho. era pegar nessa máquina, saber quem a inventou e fazer-lhe amor pelo cu até que desfalecesse extenuado. enviar relatório detalhado para todo o mundo, alardear entusiasticamente a satisfação de quem, nem que seja por casmurrice, espera por Sebastião (MÃE, 2007, p.65)

Seja como for, a nova imagem requerida por Eduardo Lourenço (2016) não está totalmente pronta, principalmente porque construí-la realisticamente impõe a necessidade de cicatrização de feridas que ainda insistem em sangrar, embora a nova configuração da cartografia sociocultural portuguesa esteja sendo escrita. Porém, ainda paira sobre as mentalidades “um fascismo indelével a achar que antigamente é que era bom” (MÃE, 2011, p.116), como sugere a eleição de Salazar, em 2007, segundo pesquisa realizada pelo canal televisivo RTP1, no âmbito do programa “Os Grandes Portugueses”, como o maior português de todos os tempos¹. Diante das incertezas que cercam o futuro do país, parece surgir um resquício oriundo do “fascismo remanescente que vem das saudades” (MÃE, 2011, p.116):

sabe, acharmos que Salazar é que arranjará isto, que ele é que punha esta juventude toda na ordem, é natural, porque temos medo destes novos tempos, não são os nossos tempos, e precisamos de nos defendermos. quando dizemos que

¹ Fato comentando por Valter Hugo Mãe em entrevista concedida à Raquel Ribeiro no Jornal Público em 21 de janeiro de 2010.

Mosaico (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - UNESP) São José do Rio Preto, SP - Brasil, 2017.

SILVA, A. S.

antigamente é que era bom estamos só a ter saudades, queremos na verdade dizer que antigamente éramos novos, reconhecíamos o mundo como nosso e não tínhamos dores de costas nem reumatismo. é uma saudade de nós próprios, e não exatamente do regime e menos ainda de salazar (MÃE, 2011, p.116).

Esta fala do Silva da Europa, em alguma medida parece sintetizar a nova imagem da qual falamos, afinal os novos tempos estão inteiramente desligados de impérios – lógica segundo a qual Portugal sempre olhou para o mundo – e, por essa razão, é como se o “novo mundo” não fosse mais português. Nesse sentido, o senhor Silva lembra que é preciso “herdar Portugal” (MÃE, 2011, p.85), enquanto o verso pessoano ressalta que “falta cumprir-se Portugal”. Em ambos os casos, parece querer-se uma nova imagem, uma nova mentalidade, um novo esplendor mesmo que à maneira de Espanha, para que se perceba melhor o “ser português” sem que isso implique necessariamente menoridade. Dessa forma, repensar a história é talvez a saída para que se perca o sentimento angustiante, aflitivo e de sofrimento com os quais o senhor Silva parece morrer: “[...] o que sente, senhor silva. e eu repeti, angústia, sinto angústia” (MÃE, 2011, p.250), sem ter visto, ele próprio, o novo Portugal que ainda está a “cumprir-se”.

SILVA, A. S. Repensar a História: a (nova) imagem de Portugal em *A máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe. Mosaico. São José do Rio Preto, v. 16, n. 1, p. 107-133, 2017.

**RETHINKING THE HISTORY: THE (NEW) IMAGE OF
PORTUGAL IN A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS, BY
VALTER HUGO MÃE**

ABSTRACT: According to Eduardo Lourenços's thesis (2016), there is a necessity to build a new image of Portugal, so that the country could adjust to Europe's space. Considering this, the paper focuses on Valter Hugo Mãe's novel *A máquina de fazer espanhóis* (2011) in order to discuss its historical revisitation. Therefore, working with Portuguese historical context, and according with Linda Hutcheon's concept of *historiographic metafiction*, the paper's aim is to rethink history and actualize images of the past personified in two characters of Mãe's novel: the main character Silva and Silva from Europe.

KEYWORDS: History; new image; historiographical metafiction; contemporary portuguese novel.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- ARNAULT, Ana Paula. *Post-modernismo: o futuro do passado no romance português contemporâneo*. In: Revista Via Atlântica, nº17, São Paulo, jul. 2010, p.130-140.
- BAUMAN, Zigmunt. *44 cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.17-33.
- GIL, José. *Portugal, hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'água, 2005.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2016.
- _____. *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2012.
- MÃE, Valter Hugo. *A máquina de fazer espanhóis*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- _____. *pornografia erudita*. Porto: Cosmorama, 2007.
- _____. valter hugo mãe não quer ser neto de Salazar [Entrevista concedida à Raquel Ribeiro]. Público, Lisboa, 21 jan. 2010. Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/01/20/culturaipsilon/noticia/valter-hugo-mae-nao-quer-ser-neto-de-salazar-249110>>. Acesso em 02 de ago. 2016.

SILVA, A. S.

REIS, Carlos. *Fait Historique Et Référence Fictionnelle: Le Roman Historique*. *Dedalus: Revista Portuguesa de Literatura Comparada*. Nº 2, Lisboa, Cosmos, dez. 1992, p. 141-147. Tradução de Jane Tutikian.

ROSAS, Fernando. *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa* v.35, n. 157, p. 1031-1054, 2001. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wylOi67NG6.pdf>. Acesso em 10 ago 2017.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Editorial Afrontamento, 2004.

WHITE, Hayden. *Meta-história: imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. O texto histórico como artefato literário. In. WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994, p.97-116.